

O BOEP – Boletim do Observatório do Emprego Público – é uma publicação através da qual a DGAEP pretende contribuir com regularidade para a divulgação de dados e indicadores estatísticos sobre emprego público, no âmbito das estatísticas do mercado de trabalho. A informação disponibilizada neste número centra-se em particular no universo de entidades que compõem a administração central (administração directa e indirecta do Estado) e uma análise de síntese sobre o emprego municipal da administração local. Como fontes estatísticas são privilegiados, em particular, o conjunto de dados sobre emprego recolhidos pelo Sistema de Informação de Organização do Estado (SIOE) da DGAEP, em paralelo com outras fontes produzidas por entidades estatísticas nacionais e internacionais.

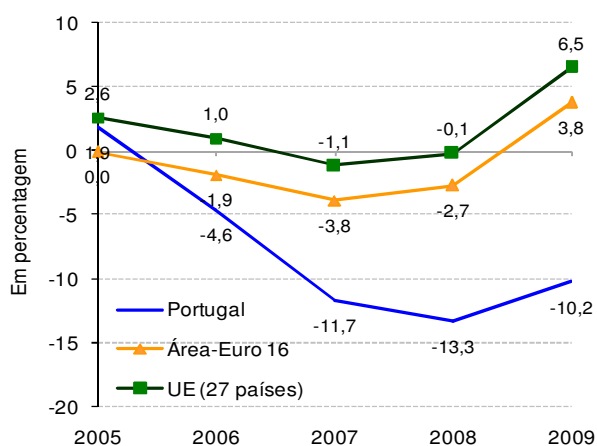
1. O emprego público no quadro do mercado de trabalho e na economia

Quadro 1.1 Peso do emprego público no mercado de trabalho

	Em percentagem		
	2007	2008	2009
Administração central mais Câmaras municipais:			
na População total	6,1	6,1	n.d.
na População activa	11,5	11,5	n.d.
na População empregada	12,5	12,5	n.d.
no Emprego por conta outrem	16,6	16,4	n.d.
do qual:			
Administração central			
na População total	5,0	4,9	4,9
na População activa	9,4	9,3	9,4
na População empregada	10,2	10,1	10,4
no Emprego por conta outrem	13,5	13,2	13,7

No final de 2009, o emprego na administração central representava 9,4% da população activa. O ligeiro aumento dos principais indicadores do emprego na administração central no contexto do mercado de trabalho resulta do efeito do decréscimo da população activa (0,5%) e do emprego total (3%), no 4º trimestre de 2009 em relação ao período homólogo (Quadro 1.1).

Gráfico 1.1 Evolução das despesas com pessoal da administração pública em percentagem do PIB: Portugal e média Europeia - Taxa de variação face ao ano de 2000 -



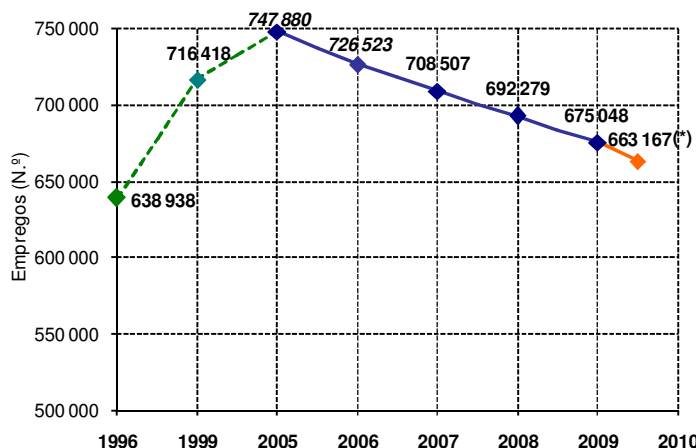
Fontes: Contas nacionais Eurostat e INE; DGAEP/OBSEP (ver 8. Notas técnicas)

Fontes: DGAEP/OBSEP; INE; DGAL (ver 8. Notas técnicas)

Notas: (a) Datas de referência: Emprego público: 31 de Dezembro; Inquérito ao emprego: 4º trimestre; (b) Não inclui prestações de serviço; (c) n.d. = não disponível

O indicador das despesas com pessoal da administração pública face ao PIB nominal demonstra, para Portugal, uma significativa tendência de redução nos últimos 4 anos, em comparação com o movimento do mesmo rácio para a média dos países da UE (Gráfico 1.1). Apesar de um acréscimo de 0,4 pontos percentuais (p.p.) estimado para 2009 face ao ano anterior, o peso das remunerações da administração pública no PIB para Portugal traduz ainda assim variações negativas de 10,2% em relação ao ano 2000 e de 11,9% em comparação com o ano 2005; enquanto que o mesmo indicador para a média dos países da UE apresenta variações positivas de 6,5% relativamente a 2000 e de 3,8% em comparação com 2005.

Gráfico 1.2 Emprego na Administração Pública
- estimativa 2006 - Setembro 2010 -



O movimento global de entradas-saídas da administração pública, medido pelos respectivos fluxos registados através do regime de protecção social da Caixa Geral de Aposentações (CGA) e pelas instituições de segurança social do MTSS, a partir de 2006, aponta para 675 279 postos de trabalho estimados no final de 2009.

Notas: (*) Relatório do Orçamento de Estado 2011, Outubro de 2010.

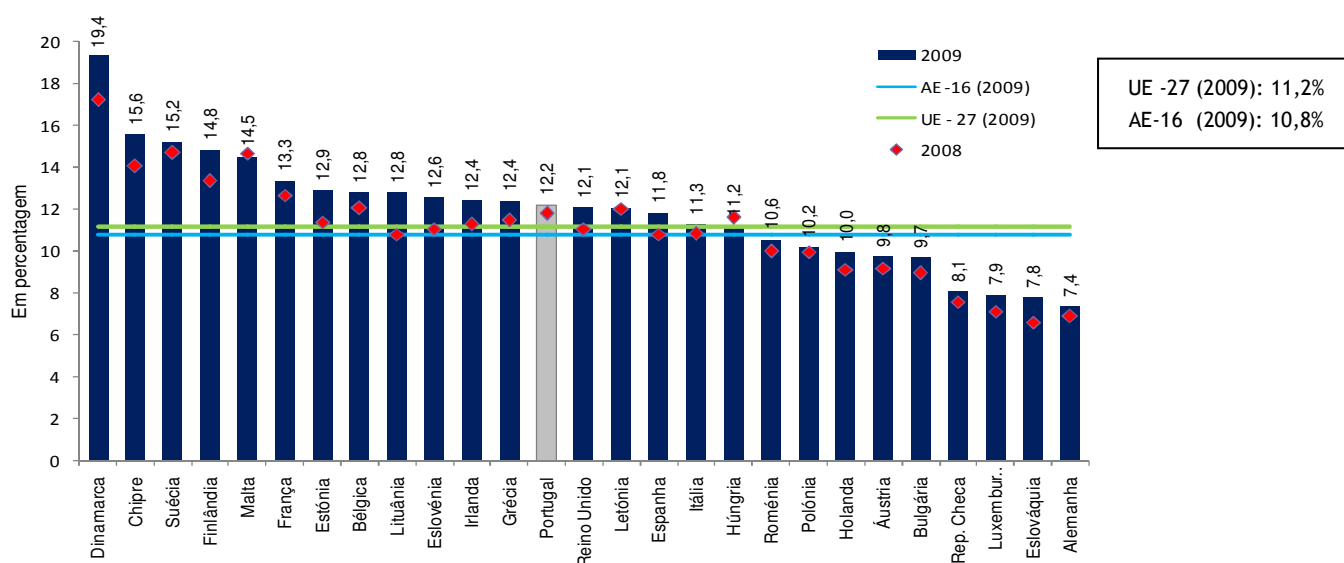
(a) Os empregos na administração pública relativos a 1996, 1999 e 2005 incluem prestações de serviços.

Fontes: 1996: RGAP e RH na Administração Regional Autónoma da Madeira (Out. 1996); RGAP 1999 (Dez. 1999); BDAP 2005; 2006 a 2010: Caixa Geral de Aposentações (CGA) e Instituto de Informática da Segurança Social (dados referentes a Setembro 2010)

Despesas com pessoal nas administrações públicas

Em 2009, as despesas com pessoal na administração pública portuguesa representavam 12,2% do PIB, situando-se 1,0 p.p. acima da média dos 27 países da UE e 1,4 p.p. acima da média da Área do Euro - segundo a nova série das contas nacionais (ver 8. Notas técnicas / Fontes). Do conjunto de 17 Estados membros que apresentam para este ano valores acima de 11,2%, Portugal coloca-se em quinto lugar, no grupo de países com menor diferença deste indicador (Gráfico 1.3).

Gráfico 1.3 Despesas com pessoal das administrações públicas em percentagem do PIB, em Portugal e na UE



UE -27 (2009): 11,2%
AE-16 (2009): 10,8%

Fontes: INE - Contas Trimestrais por Sector Institucional (nova série; 29/06/2010); valor anual = soma dos quatro trimestres do ano, correspondente ao ano acabado no 4º trimestre; Eurostat (19/07/2010); DGAEP/OBSEP - ver 8. Notas Técnicas

O período de 2005 a 2009 registou para Portugal a mais significativa quebra nos rácios das remunerações do sector das administrações públicas no PIB (11,9%) e nas remunerações do total da economia (14,9%). Em comparação, a evolução destes indicadores agregados no conjunto dos 27 países da União Europeia cresceu, em 2009 face a 2005, 3,8% e 1,7%, respectivamente (Gráficos 1.4 e 1.5).

Gráfico 1.4 Evolução das despesas com pessoal da administração pública em percentagem do PIB, em Portugal e na UE

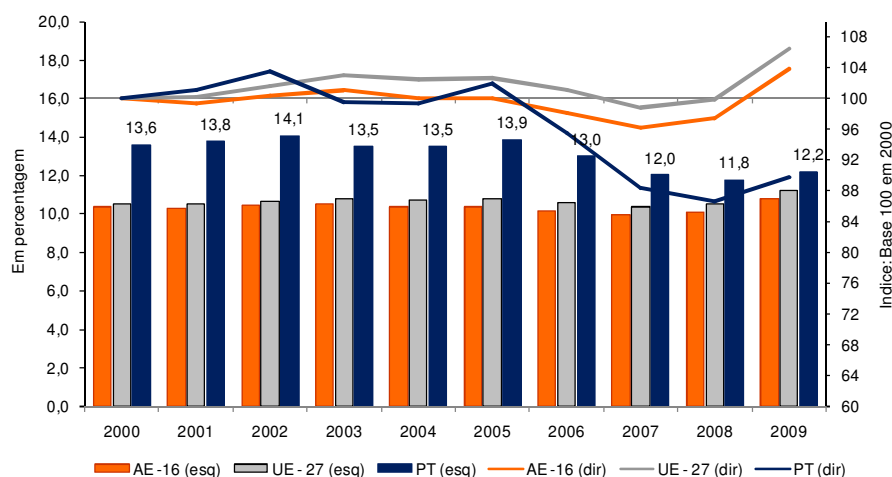
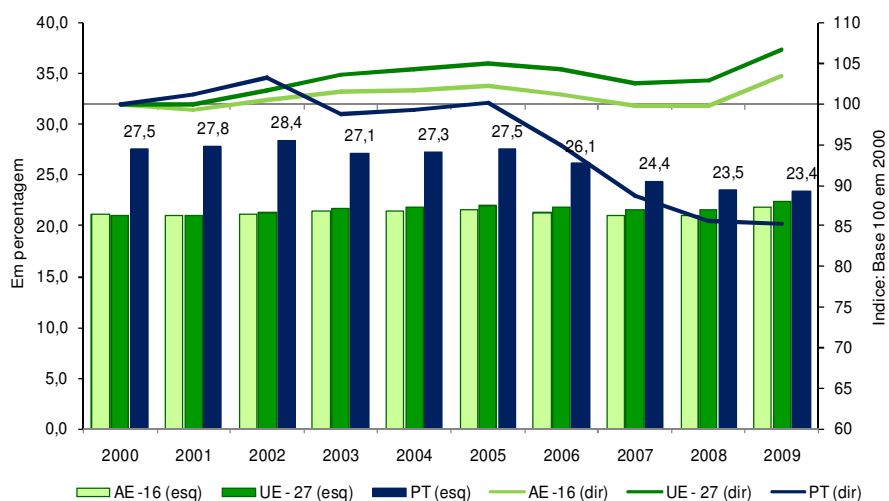


Gráfico 1.5 Evolução das despesas com pessoal da administração pública em percentagem das remunerações totais, em Portugal e na UE



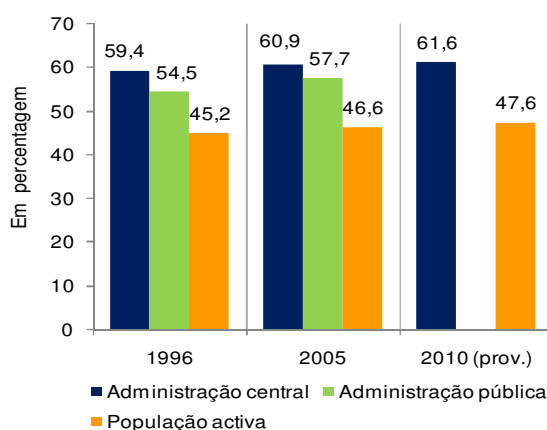
Fontes (Gráficos 1.4 e 1.5): INE - Contas Trimestrais por Sector Institucional (nova série; 29/06/2010); valor anual = soma dos quatro trimestres do ano, correspondente ao ano acabado no 4º trimestre; Eurostat (19/07/2010); DGAEP/OBSEP - ver 8. Notas Técnicas

Notas: (esq) = escala da esquerda; (dir) = escala da direita

2. Caracterização do emprego na administração central por género, escalão etário e nível de escolaridade

O peso do emprego feminino na administração central (AC) continua bastante acima do valor do mesmo rácio para o conjunto do mercado de trabalho: em meados de 2010 a taxa de feminização na administração central situa-se na ordem dos 61,6%, contra 47,6% registado para a população activa (Gráfico 2.1).

Gráfico 2.1 Taxa de feminização da administração central e da população activa



Fontes: DGAEP/OBSEP - "A Década: emprego público em números"; SIOE - 2010 (dados provisórios); INE - Inquérito ao emprego

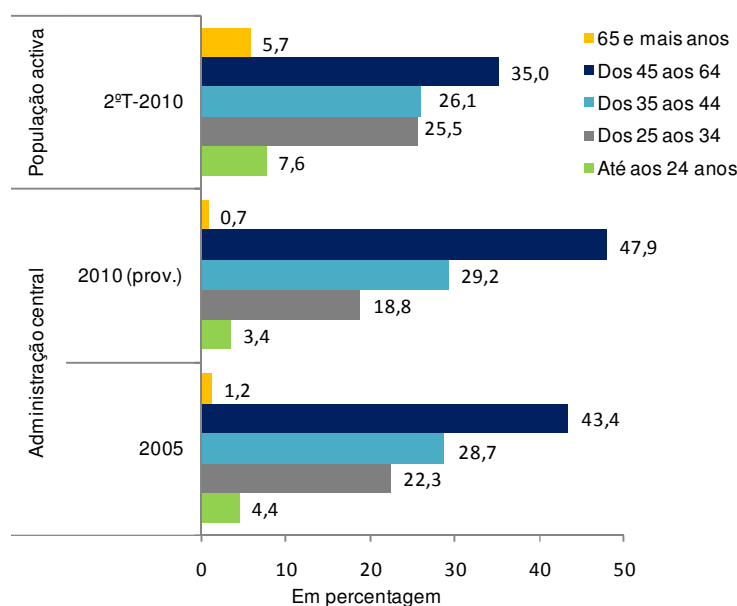
Os trabalhadores da administração central com idades compreendidas entre os 45 e os 64 anos, em meados de 2010 em comparação com 2005, terá crescido cerca de 4,6 p.p., representando agora 48% do total do emprego na administração central, acima do valor registado pelo mesmo indicador para a população activa (35%). Em particular, o aumento do peso dos trabalhadores na faixa etária dos 55 aos 59 anos (2,8 p.p.), em contraponto com a quebra no peso dos mais novos, até aos 29 anos (3,5 p.p.), reflecte o ritmo de envelhecimento relativo do emprego na administração central (Quadro 2.1 e Gráfico 2.2).

Quadro 2.1 Estrutura etária do emprego na administração central por género, 2005 e 2010

Escalões etários	Em percentagem					
	2005			2010 (prov.)		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Até aos 24 anos	7,5	2,5	4,4	6,8	1,4	3,4
Dos 25 aos 29	11,2	8,5	9,6	8,8	5,9	7,0
Dos 30 aos 34	12,6	12,9	12,8	12,3	11,4	11,7
Dos 35 aos 39	12,8	13,9	13,5	13,6	14,8	14,3
Dos 40 aos 44	14,0	16,0	15,2	14,0	15,4	14,9
Dos 45 aos 49	16,2	16,8	16,6	15,2	17,4	16,6
Dos 50 aos 54	14,8	15,3	15,1	15,0	17,1	16,3
Dos 55 aos 59	7,4	9,5	8,6	10,6	11,9	11,4
Dos 60 aos 64	2,5	3,5	3,1	3,2	4,0	3,7
65 e mais anos	1,0	1,2	1,2	0,6	0,8	0,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Outros indicadores:						
Idade média estimada - em anos:	41,0	43,0	42,3	42,0	44,3	43,4
Percentagem de trabalhadores:						
Com menos de 30 anos	18,7	11,0	14,0	15,6	7,3	10,5
Com 50 e mais anos	25,7	29,5	28,0	29,3	33,7	32,0

Fontes: DGAEP/OBSEP - "A Década: emprego público em números"; SIOE 2010 (dados provisórios)
Notas: AC: 2005 não inclui magistrados.

Gráfico 2.2 Estrutura etária do emprego na administração central, em comparação com a da população activa



Fontes: INE, Inq. Ao Emprego; DGAEP - BDAP 2005; SIOE 2010 (dados provisórios); DGAEP/OBSEP

Nota: AC: 2005 não inclui magistrados

O nível de tecnicidade do emprego na administração central continua a ser bastante mais elevado na administração central do que para a população empregada em geral: em 2010, perto de 55% dos trabalhadores na administração central possuem habilitação de ensino superior (contra cerca de 17% da população empregada), representando um aumento de cerca de 5,6 p.p. em comparação com a mesma taxa registada para 2005 (Quadro 2.2 e Gráfico 2.3).

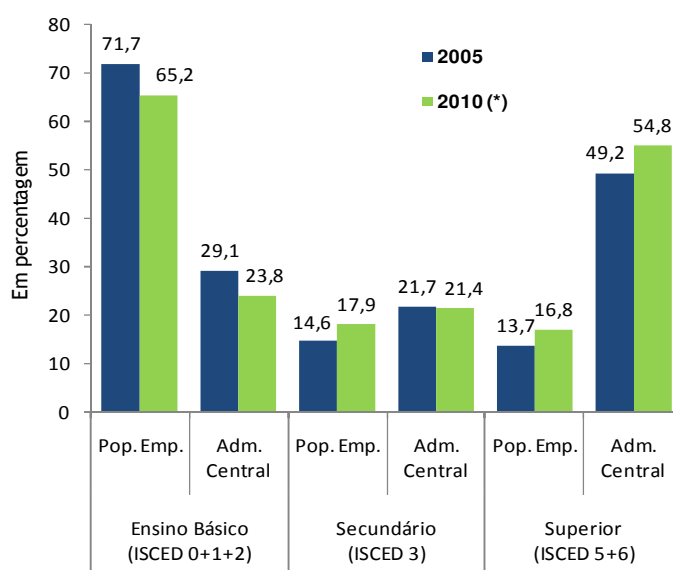
Quadro 2.2 Estrutura do emprego na administração central por nível de escolaridade, 2005 e 2010

Níveis de escolaridade (ISCED)	Estrutura (%)	
	2005	2010 (prov.)
Menos de 4 anos de escolaridade	0,2	0,1
1 - Ensino básico (1.º e 2.º ciclo)	16,8	10,8
2 - Ensino básico (3.º ciclo)	12,1	12,9
3 - Ensino secundário (11.º ano)	9,0	5,6
4 - Ensino secundário (12.º ano ou equiv.)	12,7	15,7
5 - Ensino superior (bacharelato)	7,3	5,1
5 - Ensino superior (licenciatura)	38,1	43,8
6 - Ensino superior (mestrado, doutoramento)	3,7	5,9
Total	100,0	100,0

Fontes: DGAEP - BDAP 2005; SIOE 2010 (prov.); DGAEP/OBSEP

Nota: Níveis de escolaridade ISCED (ver 8. Notas Técnicas)

Gráfico 2.3 Comparação dos níveis de escolaridade dos trabalhadores da administração central com os da população empregada



Fontes: INE, Inq. Ao Emprego; DGAEP - BDAP 2005; SIOE

Nota: (*) Administração Central - Provisório

3. Evolução do emprego público na administração central por ministérios e grandes áreas funcionais

Entre 2009 e 2005, registou-se uma quebra de 7,7% dos postos de trabalho na administração directa e indirecta do Estado, segundo os dados recolhidos através do Sistema de Informação de Organização do Estado (SIOE) da DGAEP, com referência a 31 de Dezembro.

Quadro 3.1. Evolução do emprego por ministérios, segundo a orgânica do XVIII Governo Constitucional

Unidade: Postos de trabalho

Ministérios	Emprego na administração central (N.º)				Em percentagem				
	31-Dez-05	31-Dez-07	31-Dez-08	31-Dez-09	Estrutura		Variação face a 2005		
					31-Dez-05	31-Dez-09	Dez-07/Dez-05	Dez-08/Dez-05	Dez-09/Dez-05
Org. de Soberania e Independentes (*)	13 727	14 128	13 693	13 626	2,4	2,6	2,9	-0,2	-0,7
Pres. Conselho Ministros	2 537	2 259	2 290	2 352	0,4	0,4	-11,0	-9,7	-7,3
Min. Negócios Estrangeiros	3 091	3 182	3 205	3 054	0,5	0,6	2,9	3,7	-1,2
Min. Finanças Administração Pública	16 293	15 569	15 155	14 536	2,9	2,8	-4,4	-7,0	-10,8
Min. Defesa Nacional	49 555	46 421	44 304	44 870	8,8	8,6	-6,3	-10,6	-9,5
Min. Administração Interna	53 788	50 761	50 749	49 934	9,5	9,5	-5,6	-5,6	-7,2
Min. Justiça	19 746	17 133	17 004	16 870	3,5	3,2	-13,2	-13,9	-14,6
Min. Ambiente Ordenamento Território	4 640	4 164	3 918	3 761	0,8	0,7	-10,3	-15,6	-18,9
Min. Economia, Inovação e Desenvolv.	4 764	3 647	3 485	3 475	0,8	0,7	-23,4	-26,8	-27,1
Min. Agricultura Des. Rural e Pescas	11 165	8 687	7 882	7 356	2,0	1,4	-22,2	-29,4	-34,1
Min. Obras Pub. Transp. Comunicações	4 023	3 120	3 093	2 966	0,7	0,6	-22,4	-23,1	-26,3
Min. Trabalho Solidariedade Social	25 897	21 681	20 816	20 530	4,6	3,9	-16,3	-19,6	-20,7
Min. Saude (**)	113 033	100 364	96 825	94 099	20,0	18,0	-11,2	-14,3	-16,8
Min. Educação (***)	200 770	197 082	199 033	203 478	35,5	38,9	-1,8	-0,9	1,3
Min. Ciência Tec. Ensino Sup.	39 816	38 689	39 059	39 519	7,0	7,6	-2,8	-1,9	-0,7
Min. Cultura	3 484	2 419	2 606	2 499	0,6	0,5	-30,6	-25,2	-28,3
Total	566 329	529 306	523 117	522 925	100,0	100,0	-6,5	-7,6	-7,7

Fontes: DGAEP - BDAP 2005; SIOE (2007-2009: dados disponíveis e actualizados com informação de todos os Órgãos de Soberania e segundo a orgânica do XVIII Governo Constitucional) - ver 8. Notas Técnicas sobre Fontes; SMEs - Secretarias-Gerais; DGAEP/OBSEP.

Notas: Emprego público: inclui trabalhadores em Situação de Mobilidade Especial (SMEs) activos; não inclui prestações de serviços. Actualizado segundo a orgânica do XVIII Governo Constitucional. (*) Inclui: Órgãos de Soberania e Independentes, Tribunais e Magistrados. (**) Ministério da Saúde: incorpora os trabalhadores que mantiveram o vínculo público ao Estado apesar de integrados em estabelecimentos de saúde de natureza pública empresarial. (***) Ministério da Educação, Dez 2009: inclui pessoal não docente em exercício de funções nos estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário ao abrigo do protocolo com as Câmaras Municipais (11 740 trabalhadores; fonte: MISI do ME).

Gráfico 3.1. Estrutura do emprego por ministérios (Dez. 2005 e Dez. 2009)

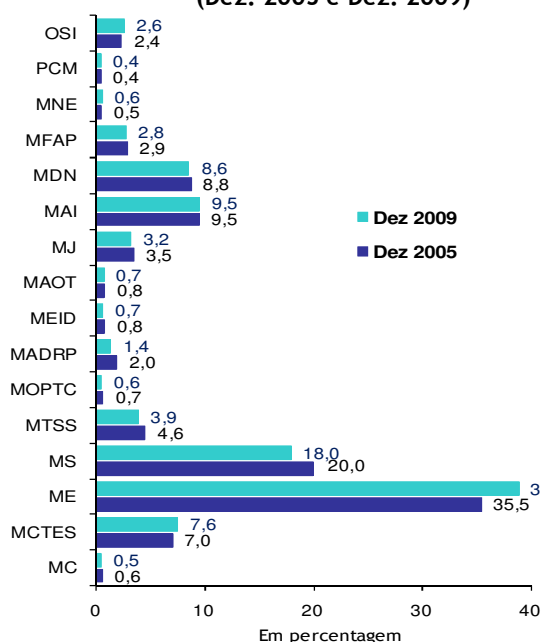
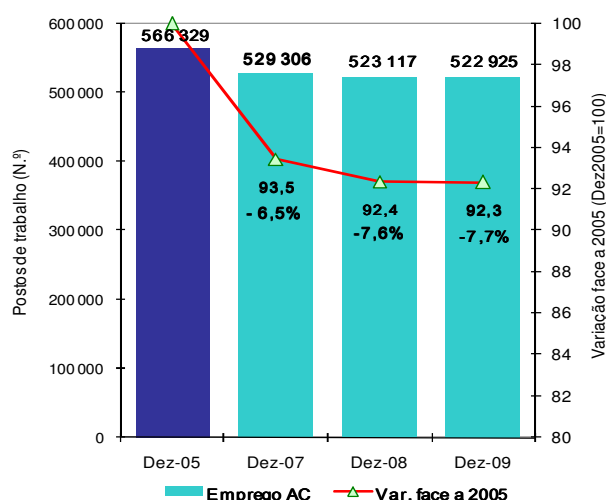


Gráfico 3.2. Evolução do emprego na administração central - em n.º e face a 2005 (2005=100)



Fontes: DGAEP - BDAP 2005; SIOE (dados disponíveis e actualizados); Secretarias-Gerais; DGAEP/OBSEP

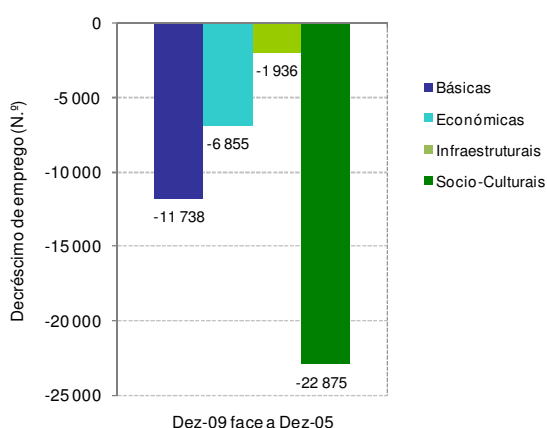
Quadro 3.2. Emprego na administração central por grandes áreas funcionais

Unidade: Postos de trabalho

Grandes áreas funcionais	Emprego na administração central (N.º)				Em percentagem				
	31-Dez-05	31-Dez-07	31-Dez-08	31-Dez-09	Estrutura		Variação face a 2005		
					31-Dez-05	31-Dez-09	Dez-07/Dez-05	Dez-08/Dez-05	Dez-09/Dez-05
Básicas	142 444	133 884	131 245	130 706	25,2	25,0	-6,0	-7,9	-8,2
das quais MDN	49 555	46 421	44 304	44 870	8,8	8,6	-6,3	-10,6	-9,5
Económicas	32 222	27 903	26 522	25 367	5,7	4,9	-13,4	-17,7	-21,3
Infraestruturais	8 663	7 284	7 011	6 727	1,5	1,3	-15,9	-19,1	-22,3
Sócio-Culturais	383 000	360 235	358 339	360 125	67,6	68,9	-5,9	-6,4	-6,0
das quais ME	200 770	197 082	199 033	203 478	35,5	38,9	-1,8	-0,9	1,3
Emprego total	566 329	529 306	523 117	522 925	100,0	100,0	-6,5	-7,6	-7,7

Fontes: DGAEP - BDAP 2005; SIOE (dados disponíveis e actualizados ver 8. Notas Técnicas sobre Fontes); Secretarias-Gerais - dados sobre SMEs; DGAEP/OBSEP

Gráfico 3.3. Variação do emprego por grandes áreas funcionais 2009 face a 2005 (n.º)



Na perspectiva das grandes áreas funcionais, em 2009 face a 2005, as variações estruturais mais significativas dos postos de trabalho na administração central, registaram-se nas áreas económicas do Estado (com uma diminuição de 0,8 p.p.), em contraponto com o aumento do peso relativo do emprego nos ministérios no âmbito das funções sócio-culturais (mais 1,2 p.p.). Constituindo estas últimas as que representam maior peso de emprego no subsector da administração central (68,9% em 2009), foram as funções sócio-culturais as que mais contribuíram, em termos absolutos, para a quebra do emprego público neste período (4,4%).

Gráfico 3.4. Taxa de variação do emprego na administração central, por grandes áreas funcionais (%)

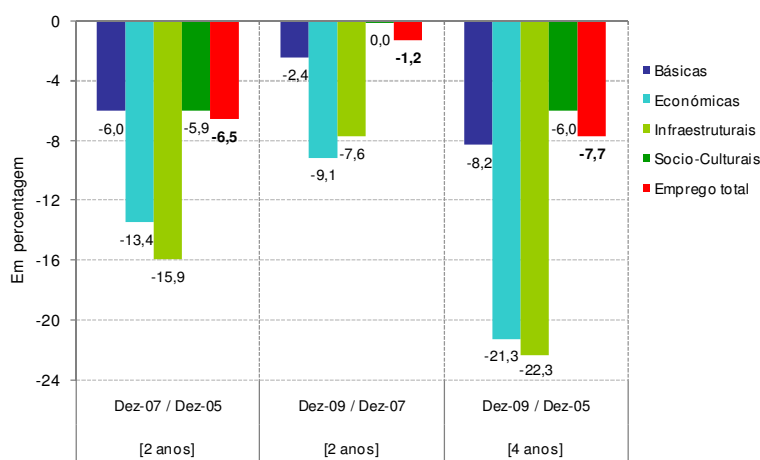
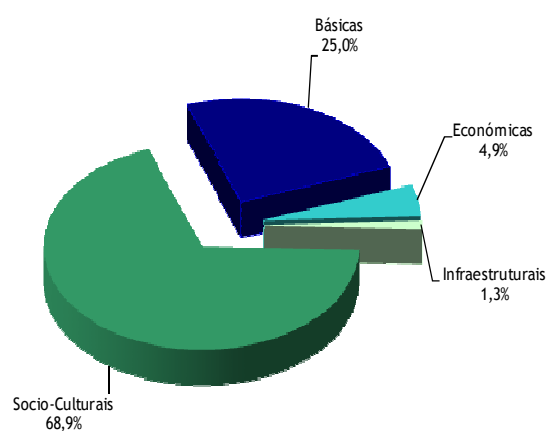


Gráfico 3.5. Distribuição do emprego na administração central, por grandes áreas funcionais, em Dez. 2009 (%)



Fontes: DGAEP - BDAP 2005; SIOE (dados disponíveis e actualizados); Secretarias-Gerais - dados sobre SMEs; DGAEP/OBSEP

Nota: Classificação dos ministérios por áreas funcionais, de acordo com a tipologia BEIS (ver Classificações): Funções Básicas - OSI, MNE, MAI, MJ, MDN, PCM; Funções Económicas - MADRP, MFAP, MEID; Funções Infraestruturais - MOPTC, MAOT; Funções Sócio-Culturais - MS, ME, MCTES, MTSS, MC

4. Actividade económica educação absorve 45,2 % do emprego público na administração central

Quadro 4.1. Emprego na administração central por actividade económica (CAE)

Unidade: Postos de trabalho

CAE rev.3	Cod. CAE	Emprego na administração central (N.º)			Variação face a 2007				Estrutura (%)	
		31-Dez 2007	31-Dez 2008	31-Dez 2009	Dez 08 / Dez 07		Dez 09 / Dez 07		31-Dez 2007	31-Dez 2009
					N.º	%	N.º	%		
J Actividades de informação e de comunicação	(58+63)	963	917	946	-46	-4,8	-17	-1,8	0,2	0,2
M Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	(71+72)	4 407	4 239	3 955	-168	-3,8	-452	-10,3	0,8	0,8
O Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória		190 348	185 105	182 709	-5 243	-2,8	-7 639	-4,0	36,0	34,9
das quais:										
Administração pública em geral, económica e social	(841)	46 627	45 413	45 012	-1 214	-2,6	-1 615	-3,5	8,8	8,6
Neg. estrang., defesa, justiça, segur., ordem públ. e prot. civil	(842)	129 642	126 245	125 068	-3 397	-2,6	-4 574	-3,5	24,5	23,9
Actividades de segurança social obrigatória	(843)	14 079	13 447	12 629	-632	-4,5	-1 450	-10,3	2,7	2,4
P Educação		228 381	231 327	236 435	2 946	1,3	8 054	3,5	43,1	45,2
das quais:										
Educação pré-escolar, ensinos básico e secundário; Outras actividades educativas e de serviços de apoio à educação	(851a853+855/6)	194 029	196 544	201 072	2 515	1,3	7 043	3,6	36,7	38,5
Ensino superior	(854)	34 352	34 783	35 363	431	1,3	1 011	2,9	6,5	6,8
Q Actividades de saúde humana e apoio social		103 234	99 601	97 035	-3 633	-3,5	-6 199	-6,0	19,5	18,6
das quais:										
Actividades de saúde humana	(86)	96 117	92 508	89 921	-3 609	-3,8	-6 196	-6,4	18,2	17,2
Actividades de apoio social	(87-88)	7 117	7 093	7 114	-24	-0,3	-3	0,0	1,3	1,4
R Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	(90+91+93)	1 973	1 928	1 845	-45	-2,3	-128	-6,5	0,4	0,4
Total		529 306	523 117	522 925	-6 189	-1,2	-6 381	-1,2	100,0	100,0

Fontes: DGAEP - SIOE (dados disponíveis e actualizados cf. Q.3.1; ver também 8. Notas Técnicas sobre Fontes); Secretarias-Gerais - dados sobre SMEs; DGAEP/OBSEP

Notas: Actividade económica resultante da atribuição da CAE rev. 3 à actividade principal da entidade pública principal e dependente do nível de agregação dos dados recolhidos e disponibilizados pelo SIOE.

Gráfico 4.1. Estrutura do emprego da administração central segundo a CAE (31 Dez. 2009)

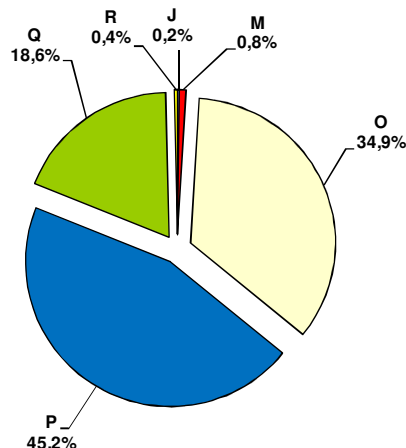
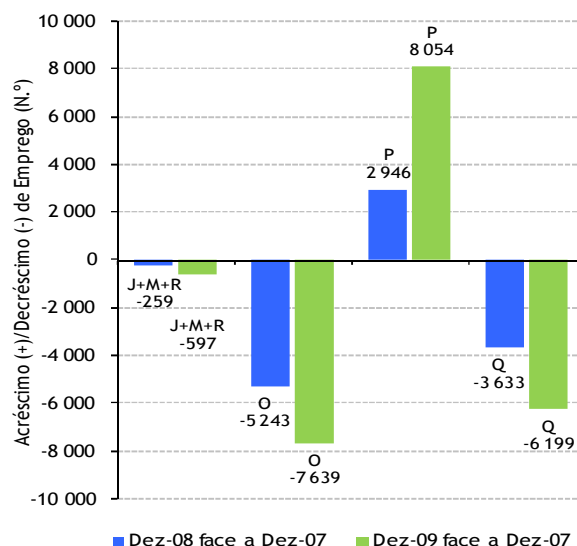


Gráfico 4.2. Variação do emprego da administração central em relação a 2007, segundo a CAE



Fontes: DGAEP - SIOE (dados disponíveis e actualizados); Secretarias-Gerais; DGAEP/OBSEP

Secções da CAE rev.3:

J - Actividades de informação e de comunicação

M - Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares

O - Administração pública e defesa; Segurança social obrigatória

P - Educação

Q - Actividades de saúde humana e apoio social

R - Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas

5. Prestações de serviço na administração central

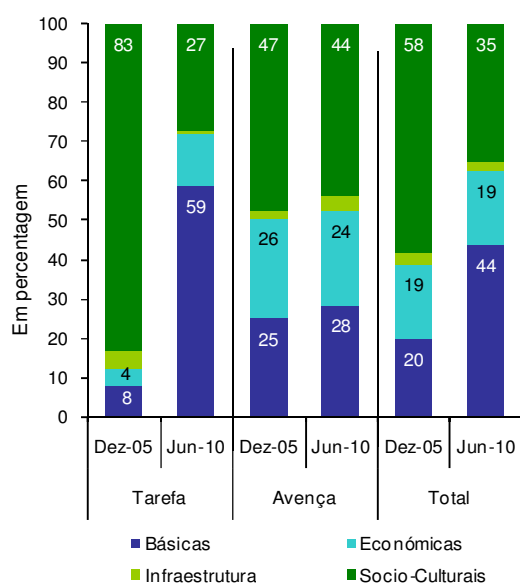
Quadro 5.1. Prestações de serviço por ministério, segundo a modalidade

Ministérios	Distribuição das prestações de serviço (N.º)														
	31-Dez-05			31-Dez-07			31-Dez-08			31-Dez-09			30-Jun-10 (prov.)		
	Tarefa	Avença	Total	Tarefa	Avença	Total	Tarefa	Avença	Total	Tarefa	Avença	Total	Tarefa	Avença	Total
Orgão de Soberania e Entidades Independentes (*)	22	12	34	11	14	25	5	26	31	3	29	32	9	16	25
Pres. Conselho Ministros	6	128	134	581	108	689	677	86	763	1 542	144	1 686	1 309	85	1 394
Min. Negócios Estrangeiros	3	155	158		56	56	10	42	52	114	38	152	103	18	121
Min. Finanças Administração Pública	7	25	32		55	55	2	46	48	7	57	64	18	61	79
Min. Defesa Nacional	8	321	329	165	257	422	162	229	391	141	182	323		121	121
Min. Administração Interna	4	285	289	27	136	163	407	164	571	396	125	521	56	128	184
Min. Justiça	135	328	463	158	359	517	119	451	570	92	358	450	88	371	459
Min. Ambiente Ordenamento Território	71	55	126	21	83	104	22	55	77	26	31	57	22	42	64
Min. Economia, Inovação e Desenvolvimento	39	649	688	15	43	58	9	20	29	5	399	404	324	26	350
Min. Agricultura Des. Rural e Pescas	43	586	629	37	476	513	45	435	480	21	429	450	19	158	177
Min. Obras Pub. Transp. Comunicações	30	50	80	8	47	55	6	41	47	5	50	55		62	62
Min. Trabalho Solidariedade social	21	551	572	3	598	601	4	559	563	6	503	509	6	468	474
Min. Saude	1 363	584	1 947	638	631	1 269	384	271	655	321	116	437	282	194	476
Min. Educação (**)	31	351	382	74	51	125	51	26	77	21	15	36	17	13	30
Min. Ciência Tec. Ensino Sup.	382	694	1 076	1 064	803	1 867	399	625	1 024	364	400	764	276	418	694
Min. Cultura	15	145	160	92	95	187	150	65	215	149	59	208	140	39	179
Total	2 180	4 919	7 099	2 894	3 812	6 706	2 452	3 141	5 593	3 213	2 935	6 148	2 669	2 220	4 889
Outros indicadores:															
Estrutura das modalidades de prest. serv. (%)	30,7	69,3	100,0	43,2	56,8	100,0	43,8	56,2	100,0	52,3	47,7	100,0	54,6	45,4	100,0
Taxa de variação em relação a 31-Dez-05 (%)				32,8	-22,5	-5,5	12,5	-36,1	-21,2	47,4	-40,3	-13,4	22,4	-54,9	-31,1
Taxa de variação em relação a 31-Dez-07 (%)	-24,7	29,0	5,9				-15,3	-17,6	-16,6	11,0	-23,0	-8,3	-7,8	-41,8	-27,1

Fontes: DGAEP - BDAP 2005; SIOE (2007-2009: dados disponíveis e actualizados, cf. Q.3.1; ver também 8. Notas Técnicas sobre Fontes); DGAEP/OBSEP

Notas: Actualizado segundo a orgânica do XVIII Governo Constitucional. (*) Inclui: Órgãos de Soberania e Independentes, Tribunais e Magistrados. (**) Não inclui prestações de serviço em estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário do Ministério da Educação

Gráfico 5.1. Evolução da estrutura das prestações de serviço por grandes áreas funcionais (2005 e 2010)



As prestações de serviço apresentam, no final de Junho de 2010, uma quebra de mais de 31% em relação a Dezembro de 2005 e de mais de 27% face a Dezembro de 2007. Esta forte diminuição do conjunto dos contratos de prestação de serviços compreende, em particular, uma quebra bastante acentuada da modalidade de avença, normalmente a mais onerosa para a entidade contratante (menos cerca de 55% face a Dezembro de 2005 e cerca de menos 42% em relação ao mesmo mês de 2007).

Fontes: DGAEP - BDAP 2005; SIOE (dados disponíveis e actualizados); DGAEP/OBSEP

Nota: Classificação dos ministérios por áreas funcionais, de acordo com a tipologia BEIS (ver Classificações):

Funções Básicas - OSI, MNE, MAI, MJ, MDN, PCM; Funções Económicas - MADRP, MFAP, MEID; Funções Infraestruturais - MOPTC, MAOT; Funções Sócio-Culturais - MS, ME, MCTES, MTSS, MC

6. Os docentes dos diversos níveis de ensino público representam mais de um terço dos empregos na administração central

Quadro 6.1. Distribuição do emprego na administração central por cargos, carreiras e grupos

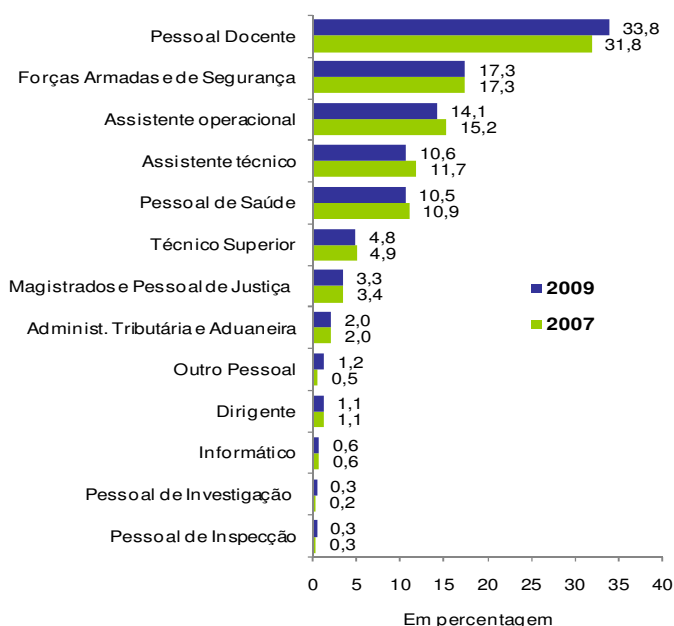
Unidade: Postos de trabalho

Cargos / Carreiras / Grupos	Emprego na administração central (N.º)			Em percentagem				
	31-Dez-2007	31-Dez-2008	31-Dez-2009	Estrutura			Variação face a 2007	
				31-Dez-2007	31-Dez-2008	31-Dez-2009	Dez-08/Dez-07	Dez-09/Dez-07
Dirigente	5 901	5 880	5 785	1,1	1,1	1,1	-0,4	-2,0
Técnico Superior	25 578	26 472	24 931	4,8	5,1	4,8	3,5	-2,5
Assistente Técnico	62 147	59 910	55 291	11,7	11,5	10,6	-3,6	-11,0
Assistente Operacional	80 506	77 629	73 857	15,2	14,8	14,1	-3,6	-8,3
Informático	3 221	3 182	3 070	0,6	0,6	0,6	-1,2	-4,7
Pessoal de Investigação	1 288	1 542	1 743	0,2	0,3	0,3	19,7	35,3
Pessoal de Inspecção	1 508	1 165	1 688	0,3	0,2	0,3	-22,7	11,9
Magistrado	3 478	3 379	3 484	0,7	0,6	0,7	-2,8	0,2
Pessoal de Justiça	14 367	13 930	13 856	2,7	2,7	2,6	-3,0	-3,6
Diplomata	346	350	337	0,1	0,1	0,1	1,2	-2,6
Médico	21 173	20 409	19 973	4,0	3,9	3,8	-3,6	-5,7
Enfermeiro	30 130	29 093	28 483	5,7	5,6	5,4	-3,4	-5,5
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	6 433	6 270	6 304	1,2	1,2	1,2	-2,5	-2,0
Doc. Ens. Universitário	13 656	13 809	13 760	2,6	2,6	2,6	1,1	0,8
Doc. Ens. Sup. Politécnico	8 094	7 985	8 256	1,5	1,5	1,6	-1,3	2,0
Educ. Inf. e Doc. do Ens. Básico e Secund.	146 485	149 272	154 836	27,7	28,5	29,6	1,9	5,7
Administração Tributária e Aduaneira	10 777	10 505	10 376	2,0	2,0	2,0	-2,5	-3,7
Forças Armadas e Forças de Segurança	91 665	89 953	90 665	17,3	17,2	17,3	-1,9	-1,1
Outro Pessoal (*)	2 553	2 382	6 230	0,5	0,5	1,2	-6,7	144,0
Total	529 306	523 117	522 925	100,0	100,0	100,0	-1,2	-1,2

Fontes: DGAEP - SIOE (dados disponíveis e actualizados cf. Q.3.1; ver também 8. Notas Técnicas sobre Fontes); Secretarias-Gerais - dados SMEs; DGAEP/OBSEP

Nota: (*) Os dados para o ano de 2009 referentes ao grupo *Outro pessoal* incluem postos de trabalho em carreiras não revistas e/ou carreiras subsistentes, anteriormente registados nas carreiras técnico superior, técnico, técnico-profissional e auxiliar. Nesse sentido, parte da variação negativa de técnico superior, assistente técnico e assistente operacional em 2009 deverá ser compensada pela variação positiva de *outro pessoal* e vice-versa: técnico superior + assistente técnico + assistente operacional + outro pessoal apresentam, no conjunto, uma variação de -4,9% em 31 Dezembro de 2009 face ao mesmo período de 2007.

Gráfico 6.1. Estrutura do emprego na AC por carreiras e profissões, no final de 2007 e de 2009



Os docentes dos diversos níveis de ensino representam, no final de 2009, 33,8% do emprego na administração central, reforçando a respectiva posição relativa (mais 2 p.p.) na estrutura dos postos de trabalho por grupo profissional, em comparação com 2007 (Quadro e Gráfico 6.1). De salientar que os grupos de pessoal docente, de saúde e forças armadas e de segurança representam 61,6% dos postos de trabalho na administração central, em Dezembro de 2009.

Fonte: DGAEP - SIOE (dados disponíveis e actualizados); DGAEP/OBSEP

7. Administração autárquica: o emprego público nos municípios

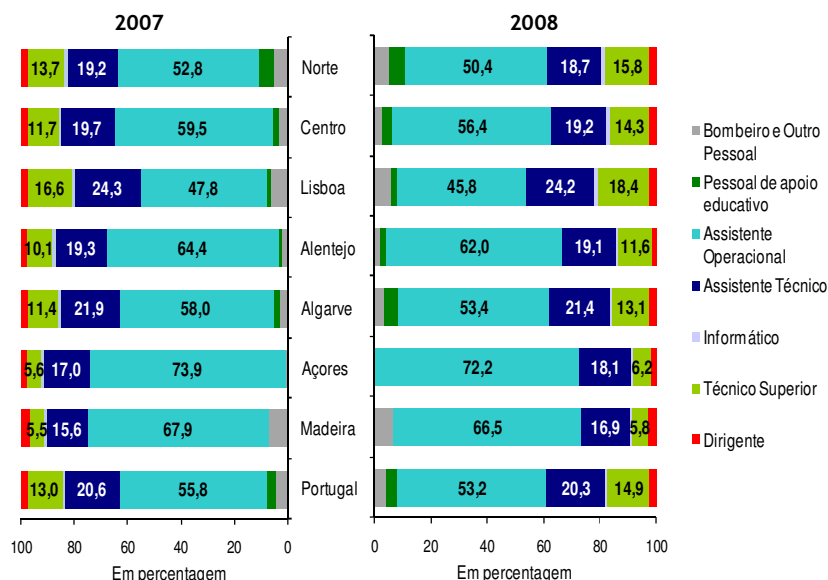
Quadro 7.1. Câmaras municipais em 2008: distribuição do emprego público, segundo as NUTS II e III.

Data de referência: 31 de Dezembro 2008

NUTS II e III	Câmaras Municipais (N.º)	Emprego público (N.º)									Prestações de Serviço		
		Dirigente	Técnico Superior	Informát.	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Pessoal de apoio educativo	Bombeiro e Outro Pessoal	Total Emprego	Dimensão média CM	Emp CM por 1000 residentes	Prestações de Serviço (N.º)	Prest. Serv. / Total Emp. (%)
Portugal	308	2 965	18 524	1 399	25 266	66 143	4 512	5 548	124 357	403,8	11,7	2 434	2,0
Norte	86	902	5 762	431	6 812	18 343	2 162	1 986	36 398	423,2	9,7	588	1,6
Minho-Lima	10	50	336	38	561	1 576	128	92	2 781	278,1	11,1	55	2,0
Cávado	6	77	694	41	575	1 442	139	110	3 078	513,0	7,5	41	1,3
Ave	8	94	618	42	809	1 796	282	424	4 065	508,1	7,7	101	2,5
Grande Porto	9	277	1 702	159	2 312	5 326	611	620	11 007	1 223,0	8,6	138	1,3
Tâmega	15	143	842	39	963	3 199	553	362	6 101	406,7	10,9	97	1,6
Entre Douro e Vouga	5	46	632	27	395	1 025	354	17	2 496	499,2	8,7	9	0,4
Douro	19	101	406	38	584	1 845	50	320	3 344	176,0	15,9	95	2,8
Alto Trás-os-Montes	14	114	532	47	613	2 134	45	41	3 526	251,9	16,4	52	1,5
Centro	100	664	3 856	307	5 189	15 247	915	855	27 033	270,3	11,3	795	2,9
Baixo Vouga	12	119	581	54	695	1 787	50	68	3 354	279,5	8,4	199	5,9
Baixo Mondego	8	103	589	36	766	1 740	156	185	3 575	446,9	10,8	59	1,7
Pinhal Litoral	5	47	261	18	431	1 014	73	65	1 909	381,8	7,1	12	0,6
Pinhal Interior Norte	14	23	348	21	417	1 480		120	2 409	172,1	17,5	18	0,7
Dão-Lafões	15	54	564	39	647	2 530	134	143	4 111	274,1	14,1	51	1,2
Pinhal Interior Sul	5	15	100	8	110	565	11		809	161,8	20,0	6	0,7
Serra da Estrela	3	12	74	6	91	352	1	42	578	192,7	12,2	5	0,9
Beira Interior Norte	9	34	328	26	336	960	21	104	1 809	201,0	16,6	14	0,8
Beira Interior Sul	4	17	112	10	168	471	31	1	810	202,5	11,1	89	11,0
Cova da Beira	3	17	114	8	162	415	25		741	247,0	8,2	140	18,9
Oeste	12	154	449	40	748	2 463	264	54	4 172	347,7	11,5	172	4,1
Médio Tejo	10	69	336	41	618	1 470	149	73	2 756	275,6	11,9	30	1,1
Lisboa	18	769	5 553	325	7 304	13 837	592	1 847	30 227	1 679,3	10,7	599	2,0
Grande Lisboa	9	507	4 237	240	5 092	8 615	405	1 599	20 695	2 299,4	10,2	425	2,1
Península de Setúbal	9	262	1 316	85	2 212	5 222	187	248	9 532	1 059,1	12,1	174	1,8
Alentejo	58	271	1 830	177	3 007	9 769	386	307	15 747	271,5	20,8	325	2,1
Alentejo Litoral	5	49	308	30	525	1 501	9	32	2 454	490,8	25,7	40	1,6
Alto Alentejo	15	33	323	38	509	1 815	53	59	2 830	188,7	24,2	54	1,9
Alentejo Central	14	74	417	45	655	2 434	68	26	3 719	265,6	22,0	135	3,6
Baixo Alentejo	13	54	351	33	626	2 076	44	60	3 244	249,5	25,7	60	1,8
Lezíria do Tejo	11	61	431	31	692	1 943	212	130	3 500	318,2	14,0	36	1,0
Algarve	16	206	1 157	97	1 887	4 718	457	307	8 829	551,8	20,5	71	0,8
Algarve	16	206	1 157	97	1 887	4 718	457	307	8 829	551,8	20,5	71	0,8
Região Autónoma dos Açores	19	53	171	30	499	1 993		13	2 759	145,2	11,3	50	1,8
Região Autónoma da Madeira	11	100	195	32	568	2 236		233	3 364	305,8	13,6	6	0,2

Fontes: DGAL - Balanços Sociais de 303 Câmaras Municipais, 2008; e DGAEP/OBSEP - Balanços Sociais de 5 Municípios, 2008.

Gráfico 7.1 Distribuição (%) das carreiras das CM, segundo as NUTS II



As 308 câmaras municipais apresentam, em 2008, uma dimensão média de 403,8 efectivos, valor que atinge o seu máximo nos órgãos situados na região da Grande Lisboa e o mínimo nos da Região Autónoma dos Açores (Quadro 7.1).

Traduzindo as características das funções dominantes exercidas pela administração autárquica, assinala-se que mais de metade dos seus efectivos pertence ao grupo de pessoal Assistente Operacional (55,8% em 2007 e 53,2% em 2008 para o total do país). Esta evolução, reflectindo uma diminuição de peso relativo de assistentes operacionais, a par com o aumento do peso das carreiras de maior grau de complexidade (técnico superior), indicia uma evolução positiva da taxa de tecnicidade do emprego municipal (Gráfico 7.1).

8. Notas técnicas

CONCEITOS

Ver *Glossário de Termos Estatísticos em uso nas publicações do OBSEP*

(Hiperligação: http://www.dgaep.gov.pt/upload//OBSEP/Glossario/OBSEP_Glossario_Set09.pdf).

NOTAS SOBRE AS FONTES

População e emprego:

INE - Estimativas da população residente, 2000-2009; Estatísticas do emprego, 2005-2009, 4º trimestre.

(Hiperligação: <http://www.ine.pt/>)

Administração central - SIOE e BDAP:

O universo de entidades do SIOE para a administração central foi actualizado segundo a orgânica do XVIII Governo Constitucional, com efeitos também na estrutura orgânica do universo da BDAP 2005. Foram integrados dados de emprego relativos a Órgãos de Soberania e Independentes (2007-2009 - fonte: SIOE e Balanços Sociais), de forma a garantir a consistência dos universos e comparabilidade evolutiva dos dados.

Administração autárquica - Balanços sociais

DGAL - Balanços Sociais de 303 Câmaras Municipais, 2008; DGAEP/OBSEP - Balanços Sociais de 5 Municípios, 2008

Dados sobre remunerações e PIB:

INE - Contas Trimestrais por Sector Institucional - 1.º Trimestre de 2010 (nova série, com ano base 2006). O valor anual é igual à soma dos quatro trimestres do ano, correspondendo ao ano acabado no 4º trimestre. (Hiperligação: <http://www.ine.pt/>)

EUROSTAT - Contas Trimestrais por Sector Institucional (Quarterly non-financial accounts for general government - actualizado a 16-07-2010); Contas Nacionais - PIB e principais componentes (Annual national accounts - GDP and main components - current prices - actualizado a 19-07-2010) (Hiperligação: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/search_database)

CLASSIFICAÇÕES

Classificação Internacional Normalizada da Educação, ISCED 1997, UNESCO - é uma classificação de objectivos múltiplos, aprovada pela UNESCO; é um instrumento de referência que permite a harmonização e comparabilidade das estatísticas e indicadores da educação a nível nacional e internacional. Níveis educativos: 0 - Ensino pré-escolar; 1 - ensino básico (1º e 2º ciclo); 2 - ensino básico (3º ciclo); 3 - ensino secundário; 4 - ensino pós-secundário; 5 - ensino superior (bacharelato e licenciatura); 6 - ensino superior (mestrado, doutoramento e pós-doutoramento).

Classificação Portuguesa das Actividades Económicas, CAE revisão 3, INE, 2007.

Actividade económica resultante da atribuição da CAE rev. 3 à actividade principal da entidade pública principal e dependente do nível de agregação dos dados recolhidos e disponibilizados pelo SIOE.

NUTS II e III – Nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos. Base legal: Decreto-Lei n.º 244/2002, de 5 de Novembro e pelo Regulamento (CE) n.º 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio de 2003, publicado no JOCE L 154, de 21 de Junho de 2003 (NUTS-2002). NUTS II: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira. (Fonte: INE)

Tipologia BEIS (Basic, Economy, Infrastructure, Socio-cultural) – um sistema de classificação para as funções da administração central, utilizada para categorizar gabinete de ministros e ministérios e os respectivos recursos humanos. A tipologia BEIS consiste em quatro categorias diferentes: funções básicas, económicas, infraestruturais e sócio-culturais. (Fonte: EUROSTAT)

Ver também *Glossário de Termos Estatísticos em uso nas publicações do OBSEP*

(Hiperligação: http://www.dgaep.gov.pt/upload//OBSEP/Glossario/OBSEP_Glossario_Set09.pdf).

ABREVIATURAS

Ministérios, orgânica do XVIII Governo Constitucional:

OSI - Órgãos de Soberania e Independentes; PCM - Presidência do Conselho de Ministros; MNE - Ministério dos Negócios Estrangeiros; MFAP - Ministério das Finanças e da Administração Pública; MDN - Ministério da Defesa Nacional; MAI - Ministério da Administração Interna; MJ - Ministério da Justiça; MAOT - Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território; MEID - Ministério da Economia, Inovação e Desenvolvimento; MADRP - Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas; MOPTC - Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações; MTSS - Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social; MS - Ministério da Saúde; ME - Ministério da Educação; MCTES - Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; MC - Ministério da Cultura.

Países da União Europeia (UE):

AE-16: Alemanha; Áustria; Bélgica; Chipre; Eslováquia; Eslovénia; Espanha; Finlândia; França; Grécia; Irlanda; Itália; Luxemburgo; Malta; Países Baixos; Portugal.

UE-27: AE-16; Bulgária; Dinamarca; Estónia; Hungria; Letónia; Lituânia; Polónia; Reino Unido; República Checa; Roménia; Suécia.

AC - Administração Central

AE - Área do Euro

BDAP - Base de Dados dos Recursos Humanos da Administração Pública de 2005

CAE - Classificação Portuguesa das Actividades Económicas

Cod. - Código

DGAEP - Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público

DGAL - Direcção-Geral das Autarquias Locais

EUROSTAT - Departamento de Estatística da União Europeia, integrado na Comissão Europeia

INE - Instituto Nacional de Estatística

ISCED - Classificação Internacional Normalizada da Educação

MISI - Gabinete Coordenador do Sistema de Informação do Ministério da Educação

n.d. - não disponível

NUTS - Nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos

OBSEP - Observatório do Emprego Público

PIB - Produto Interno Bruto

PT - Portugal

prov. - provisório

p.p. - pontos percentuais

Rev. - Revisão

SIOE - Sistema de Informação de Organização do Estado

SME - Situação de Mobilidade Especial

UE - União Europeia

Boletim do Observatório do Emprego Público

Editor: Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público, Ministério das Finanças e da Administração Pública

Coordenação: Maria Fernanda Teixeira Realização: Maria Fernanda Teixeira, Joana Pinto, Irina Marques

Concepção e arranjo gráfico: Elsa Ho

Praça do Comércio, Ala Oriental, 2º. Piso, 1149 - 005 Lisboa • e-mail: obsep@dgaep.gov.pt • www.dgaep.gov.pt